

KUPFER, D. O Triplo Alvo Móvel. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 10/12/2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/opinia0/coluna/o-triplo-alvo-movel.ghtml>.

O Triplo Alvo Móvel

10/12/2018

Desde o fim do século passado despontava como inexorável para o Brasil perseguir uma estratégia de desenvolvimento industrial que mirasse simultaneamente um “duplo alvo móvel”. Um deles deveria tratar do aumento da inserção internacional da “ponta” da indústria, isto é, das empresas mais capacitadas para enfrentar a competição global que, em geral, já contavam com experiência exportadora. O outro alvo deveria ser a modernização do “miolo” da indústria, integrado por setores tradicionais, com grande participação de pequenas e médias empresas e voltados para o mercado interno que, após um longo período de instabilidade macroeconômica, acumulava crescentes defasagens de produtividade e competitividade.

Mais de 20 anos de pouca efetividade ou inação das políticas industriais nos planos sistêmico (redução do Custo Brasil) e, mais ainda, estrutural (mudança do padrão de especialização produtiva) levaram a uma situação industrial dramática. Enquanto as fronteiras tecnológica e de produtividade internacionais avançavam, e muito, no Brasil, o alvo que antes era duplo tornou-se triplo. Consequência: necessidade de políticas públicas que respondam a mais objetivos e desafios superpostos, conjuguem instituições e instrumentos de mais naturezas e que, portanto, exigem mais competência diagnóstica e de formulação e mais capacidade política de negociação e implementação.

No atual triplo alvo móvel, a ponta encolheu relativamente à situação existente há vinte anos. Hoje limita-se a um grupo de nichos setoriais, geralmente em Aeronáutica, Agronegócios, Bioeconomia, Saúde ou Exploração de petróleo, onde estão as empresas que permanecem na fronteira tecnológica e podem almejar posições de protagonismo por meio de soluções inovadoras próprias. Mesmo esse grupo fragilizou-se muito no período recente, tendo perdido alguma de suas joias que ou não sobreviveram ou foram desnacionalizadas, enquanto outras mais perigam seguir idêntico caminho.

Como em qualquer outro canto do planeta, a ponta da indústria não pode evoluir sem o decisivo apoio das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação. O alvo deve ser capacitá-la a participar da coliderança dos ecossistemas de inovação cada vez mais globais e cada vez mais organizadas em torno de redes interdisciplinares de alta complexidade. Pensando no futuro, significa a necessidade de programas de ação que requerem grande entrosamento público e privado com vistas a assegurar financiamento, formação de recursos humanos, sustentação de demanda via políticas de compras públicas dentre outras medidas de política tecnológica.

O segundo alvo refere-se a setores de insumos básicos como Petroquímica, Siderurgia ou Celulose, segmentos da Mecânica e outros que representam uma parcela importante da especialização da indústria brasileira. Engloba empresas que no início do século integravam a ponta, pois pareciam candidatas a serem “players” internacionais relevantes. De lá para cá recuaram relativamente e agora se veem desafiados a buscar emparelhamento não mais para atuar na fronteira tecnológica, mas sim para retomar um bom posicionamento na fronteira de eficiência e produtividade.

Parte das dificuldades enfrentadas por esses setores decorrem das pesadas transformações ocorridas no desenho da indústria mundial especialmente após a crise de 2008 que, entre outras mazelas, deixou um quadro de excedente de capacidade produtiva muito hostil.

Esse conjunto precisa articular uma estratégia rápida de absorção da nova base técnica digital como forma não somente de reposicionar seus principais vetores de competição, que são os custos de insumos, energia e logística, como também e principalmente para capacitá-lo a competir por esforços de venda por meio de maior “customização” dos produtos e de maior habilidade de servir o mercado. Embora detenham capacidade de resposta, considerando os bons níveis de competitividade empresarial existentes, requerem políticas industriais abrangentes, capazes de superar as inúmeras deficiências sistêmicas (Custo Brasil) que dificultam quando não impedem o seu reposicionamento.

O terceiro alvo direciona-se para o miolo da indústria que, hoje como antes, responde pela maior parte das empresas, dos empregos e das externalidades positivas econômicas e sociais trazidas pela própria atividade industrial. No entanto, hoje o miolo reúne amplos segmentos que literalmente ficaram para trás e que não tem mais fôlego para empreenderem os esforços de modernização necessários. A sobrevivência desse grupo dependerá de uma competente ação de extensão industrial conjugando um grande programa de mobilização (semelhante ao movimento pela qualidade) em paralelo a constituição de um amplo ecossistema digital, englobando integradoras, start-ups, institutos de pesquisa, centros de aprendizado profissional, redes de serviços tecnológicos dentre outras iniciativas que franqueiem a essas empresas o acesso às novas práticas de produção e gestão.

Juntos, os três alvos formam um mapa de ações de política pública de enorme envergadura e complexidade e que, não fosse pouco, precisa ser posto em prática muito rapidamente. Nada disso, porém, se vislumbra nas declarações e movimentações iniciais do novo governo. Não se quer desconhecer as grandes dificuldades que cercam as fases de mudança de paradigma tecnológico, produtivo e institucional, com a que se vive na atualidade. A situação ideal de um processo de “criação destruidora” em que o novo substitui o velho de modo harmônico é uma rematada utopia. Mais realistas são os processos de “destruição criadora” nos quais tensões e conflitos dão a tônica de trajetórias de transformação muito mais sofridas. O Brasil, porém, está percorrendo a mais dolorosa das vias: primeiro, a destruição; só depois, sabe-se lá quando, a criação.

Feliz ano velho para todos nós.